



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

26/08/2011

O número de processos com pedidos de danos morais vem crescendo ano a ano. Levantamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), feito a pedido do **Valor Econômico**, mostra um aumento de 3.607% na distribuição de ações na comparação entre 2005 e 2010 – de 8.168 para 302.847. Com isso, acabam subindo mais recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2000, foram autuados 1.421. No ano passado, 10.018.

Competência questionada

Criado com a função de fazer um controle externo dos tribunais, o Conselho Nacional de Justiça corre o risco de ter suas atividades esvaziadas por iniciativa de seus próprios integrantes. Uma proposta enviada aos colegas pelo conselheiro recém-empossado José Lucio Munhoz, juiz indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho, diminui o poder do CNJ de julgar processos envolvendo irregularidades cometidas por juízes. Esses processos teriam que ser abertos, inicialmente, pelos tribunais locais. As informações são do **Valor Econômico**.

Concentração de mercado

A agência de notícias Bloomberg fechou acordo para adquirir o serviço de informações jurídicas e tributárias BNA. A companhia pagará US\$ 39,50 por ação da BNA, somando US\$ 990 milhões. Segundo notícia da **Folha de S. Paulo**, o acordo ainda precisa ser aprovado por órgãos reguladores.

Regulação de devedores

O Tribunal Superior do Trabalho regulamentou a criação do "Banco Nacional de Devedores Trabalhistas", que reunirá dados de empresas e pessoas físicas com débitos na Justiça do Trabalho. Segundo reportagem do **Valor Econômico**, a medida está prevista em uma resolução administrativa da Corte – ainda sem número – que trata da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). [Leia mais na ConJur](#)

Mais vagas

O governo federal lançará nos próximos dias plano para ampliar o sistema prisional brasileiro. Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o plano receberá verbas de R\$ 1 bilhão e terá como prioridade a situação dos presos provisórios (ainda não julgados). De acordo com a **Folha de S. Paulo** e com **O Globo**, a intenção do plano é garantir, em parceria com os Estados, a construção de novas cadeias.

Zona hostil

Cerca de 48 horas após ter obtido o benefício da liberdade condicional, o ex-banqueiro Salvatore Cacciola, 65, deixou ontem o complexo penitenciário de Bangu (zona oeste do Rio) às 17h30. Segundo reportagem da **Folha de S. Paulo**, o italiano foi hostilizado por cerca de 30 pessoas que aguardavam sua libertação.

Dança das cadeiras

Com mais uma reviravolta na Prefeitura de Campinas, a cidade viveu ontem outro capítulo de sua crise política. As informações são da **Folha de S. Paulo** e de **O Estado de S. Paulo**. Após o presidente da Câmara Municipal, Pedro Serafim (PDT), ser quase empossado como o terceiro prefeito da cidade em menos de uma semana, a Justiça devolveu ao cargo o vice-prefeito eleito, Demétrio Vilagra (PT). O vaivém no cargo começou sábado, com o impeachment de Hélio de Oliveira Santos, o Dr. Hélio (PDT). Vilagra, primeiro na linha de sucessão, assumiu o cargo em seu lugar, mas a Câmara de Vereadores o cassou, acusando-o dos mesmos crimes que levaram à cassação do titular. Em seu lugar, assumiu então o presidente da Câmara, Pedro Serafim. A Justiça, no entanto, entendeu que o posto é de Vilagra.



Mais culpados

O número de homicídios dolosos (quando há intenção de matar) em São Paulo teve duas altas consecutivas em junho e julho, revertendo uma tendência de queda que vinha desde o início de 2010, segundo notícia a **Folha de S. Paulo**.

Em junho, o aumento foi de 4,1%. Em julho, foi ainda maior: 20,1% (308 casos em 2010 contra 370 neste ano). Essa alta ameaça a meta do governo de manter o índice de assassinatos no Estado abaixo de dez casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Nos últimos 12 meses, a taxa foi de 9,95 por 100 mil.

No escuro

A Justiça paulista decidiu ontem que, em caso de apagão, a Eletropaulo terá no máximo quatro horas para reestabelecer a energia, sob pena de pagar R\$ 500 mil por hora de atraso aos cofres públicos, de acordo com a **Folha de S. Paulo** e com **O Estado de S. Paulo**. A ação foi movida pelo governo paulista em junho, após vendaval que deixou uma parcela da população sem luz por dias.

A empresa, que informou não ter sido notificada da decisão, vai ter que se defender também de outra ação, movida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mais informações sobre o caso na **ConJur**.

Receita racista

Uma rede de farmácias que atua nas regiões Norte e Nordeste foi condenada pela Justiça a pagar R\$ 30 mil de indenização por danos morais a uma ex-funcionária por discriminação racial. As informações são da **Folha de S. Paulo**.

Segundo a vítima, em uma unidade de Macapá (AP), a escala era feita de acordo com a cor da pele. No processo, Marianne Guimarães, que é negra, afirma que, em 2010, a gerente a escalou para trabalhar à noite porque ela "combinava com a escuridão".

Projeto mala

Projeto aprovado ontem na Câmara dos Deputados determina que bebidas alcoólicas só podem ser transportadas no portamalas de veículos. E define como infração gravíssima, passível de punição com sete pontos na carteira de motorista e multa de R\$ 191, o transporte de qualquer tipo de bebida alcoólica, mesmo em embalagem fechada, na cabine de passageiros. As informações são dos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

O texto foi aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), mas, como não precisa passar pelo plenário, voltará para o Senado por ter sido alterado na Câmara.

Demissão suspeita

O PSDB vai acionar na próxima semana a Procuradoria-Geral da República pedindo investigação sobre a saída da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, da Itaipu Binacional, em 2006. Reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** mostrou que a ministra fez um acordo para ser demitida em vez da "exoneração a pedido". Com isso, Gleisi pode receber a multa de 40% sobre o saldo do FGTS, no valor de R\$ 41 mil, além de sacar outros R\$ 104 mil do fundo.

Na **Folha de S. Paulo**, o presidente da Itaipu Binacional, Jorge Sameck dá sua versão para o caso e conta que Gleisi Hoffman foi demitida da empresa por decisão dele e não a pedido dela. Assim, ela fez juz ao recebimento da multa sobre o FGTS. Segundo Sameck, a então diretora financeira da empresa pediu uma licença para disputar a eleição para o Senado, em 2006. Ele não concordou com o pedido e decidiu então demiti-la por entender que seu envolvimento com a política partidária era incompatível com o exercício do cargo na estatal.

Auxílio doença

Em licença médica para recuperação de uma cirurgia no quadril, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), perdeu a relatoria de recursos movidos pelos políticos Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Jader Barbalho (PMDB-PA), barrados na eleição de 2010 com base na Lei da Ficha Limpa, segundo notícia **O Estado de S. Paulo**. Eles se baseiam numa decisão tomada pelo STF em março segundo a qual a regra da Ficha Limpa não valeu na eleição do ano passado. Mais informações na **ConJur**.

Deixa disso

O clima de instabilidade política levou o governo federal a desistir de provocar mais polêmica. Segundo reportagem do jornal **O Globo**, foram suspensas mudanças nas regras para a concessão de pensões, que constam da proposta elaborada pelos ministérios da Fazenda e da Previdência e que teriam impacto imediato nas contas públicas. A decisão de engavetar o projeto por tempo indeterminado foi tomada na semana passada, numa reunião entre técnicos das duas pastas na Casa Civil.

Malas prontas

A Justiça americana proibiu Mike Tyson de ir ao Rio de Janeiro assistir ao UFC, segundo a coluna de Anselmo Góis, em **O Globo**. O colunista também informa que o Tribunal de Justiça do Rio vai fazer um plantão na Arena Multiuso, onde acontece o evento, para “qualquer ocorrência”.

Ainda de acordo com Góis, a Amaerj fretou um avião para levar a Brasília 99 magistrados à posse no STJ do desembargador Marco Antonio Bellize, dia 5.

Brecha

A oposição protocolou ontem no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, o RDC, segundo **O Globo**. O PL foi aprovado no mês passado e substituirá a Lei de Licitações nos empreendimentos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. O objetivo do governo com o projeto é acelerar as obras, mas oposição o vê como brecha para a corrupção.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-ago-26/noticias-justica-direito-jornais-sexta-feira-67/>